

DA CITAÇÃO PELO CORREIO NA JUSTIÇA COMUM

Athos Gusmão Carneiro

Juiz do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul
Professor de Direito Processual Civil da U.F.R.G.S.

A citação via postal, de largo emprego na Justiça do Trabalho, constitui igualmente a forma usual de citação nas ações de alimentos reguladas pela Lei n. 5.478 (art. 5º e § 2º).

O novo Código de Processo Civil veio a facultar (a critério do autor) sua utilização na Justiça comum, 'quando o réu for comerciante ou industrial, domiciliado no Brasil' (art. 222). Uma série de dúvidas, entretanto, desestimula tal modalidade rápida e econômica de chamamento a juízo. Vejamos algumas, em rápidos traços.

1. Em primeiro lugar, o Código de Processo Civil limitou o uso deste tipo de citação, fazendo-o com vistas à profissão do citando (ou ramo de atividade, se pessoa jurídica), não à natureza da pretensão (da lide). A profissão do réu faz supor domicílio certo e notório, onde exercita sua atividade e centraliza seus negócios; assim, é de presumir seja exitoso, e não mera perda de tempo, o uso da via postal. O conceito de comerciante virá do direito comercial, constituindo circunstância irrelevante tratar-se de comer-

ciante em situação irregular, bastando faça dos atos de comércio ou indústria profissão habitual (Fornaciari Júnior, *in* AJURIS, 6/97; Moniz de Aragão, *Coments. ao C.P.C., Forense*, 11/244 e 245; Tornaghi, *Coments. ao C.P.C., R.T.*, 11/166). O conceito pode abranger as empresas públicas e sociedades de economia mista (vide art. 5º, II e III, do Decreto-Lei n. 200/67), bem como 'o diretor de empresa ou sociedade' comercial (Frederico Marques, *Manual*, vol. 1º, n. 285).

Não prevalecerão, no entanto, ficções da legislação fiscal, reputando comerciantes pessoas que realmente não o sejam (Aragão, *ob. cit.*; Tornaghi, *ob. cit.*).

Bastará o autor qualificar o réu como comerciante ou industrial, fornecendo-lhe o endereço e postulando a citação via postal, para que deva, em princípio, ser deferida a postulação; tal não impede possa o juiz, em dúvida quanto à incidência do art. 222, determinar a apresentação de provas do exercício da mercancia.

2. Questiona-se se a citação pelo correio atinge somente as demandas

relacionadas, direta ou indiretamente, com a atividade negocial do citando, ou se também abrange aquelas ações alheias à profissão do réu.

Poderá o comerciante ser citado por via postal em ação de despeito ou outra ação de estado, ou em despejo do imóvel exclusivamente residencial, ou em ação de indenização relativa a acidente com seu automóvel de uso particular? Clito Fornaciari entende que não. Pontes de Miranda, em sumárioíssimo comentário, exclui as causas relativas a direitos não-patrimoniais (Coments. ao C.P.C. de 1973, III/265). Simpósio de Processo Civil (Curitiba, outubro de 1975) considerou, por maioria de votos, que o réu deve ser demandado *na condição* de comerciante ou industrial (vide AJURIS, 6/148).

Permissa venia, a lei não restringe e inexistente motivo para limitações com base na natureza da pretensão feita valer em juízo. Ocorrendo o pressuposto da presumível facilidade na localização do citando — e só por isso se exige seja ele comerciante ou industrial — torna-se irrelevante a *res in iudicium deducta* (Frederico Marques, ob. cit., p. 333). A citação pelo correio é real, não ficta. Fosse citação ficta, seria plausível limitá-la a causas de menor repercussão; mas para o comerciante exatamente as lides vinculadas com sua profissão soem ser de bastante importância.

3. Ainda por voto majoritário, o Simpósio concluiu que 'o juiz de

uma comarca pode ordenar a citação pelo correio de réu, comerciante ou industrial, residente em outra'. Fornaciari é de parecer não cabe ao juiz, face aos arts. 200 e 201, do C.P.C., determinar atos fora de sua comarca, salvante exceções expressas. Razão não assiste, a nosso sentir, ao eminente processualista. O art. 222 admite a citação via postal quando o réu for 'comerciante ou industrial, domiciliado no Brasil'. É que o demandado pode ser domiciliado no estrangeiro, porém competente a autoridade judiciária brasileira (C.P.C., arts. 88, II e III, e 89); a carta rogatória faz-se, então, indispensável. Mas se o citando mantiver domicílio no país, em outra comarca, a citação pelo correio poderá substituir, com muito menor dispêndio de tempo, trabalho processual e gastos financeiros, a expedição de precatória. Aliás, a manifesta vantagem da via postal surge exatamente em tais casos, pois em sendo o citando morador na mesma comarca, não há maior interesse, de regra, em trocar o meirinho pelo carteiro.

4. A carta, registrada e com aviso de recepção, será entregue pessoalmente *ao destinatário* (art. 223, §§ 2º e 3º). Se este não for encontrado, ou recusar recebê-la ou assinar o recibo, o carteiro, 'que não é auxiliar do juízo, nem tem fé pública', reterá a correspondência para devolução ao remetente (Barbosa Moreira, O Novo Processo Civil Brasileiro, I/49; Moniz de Aragão, ob. cit., n. 248). Surge, aqui, uma fre-

qüente razão de nulidade: o recibo assinado, não pelo destinatário individual ou pelo legítimo presentante da sociedade comercial ré, mas por porteiro, secretário, recepcionista, preposto, ou familiar do citando. O réu permanece revel e posteriormente irá suscitar, com êxito, a nulidade do ato citatório. Na prática, é muitas vezes difícil ao carteiro, por óbvias razões, chegar à presença do presentante da empresa de médio ou grande porte; além disso, o simples registro com aviso de recepção, como previsto no Código de Processo Civil, não impõe ao carteiro o dever funcional de entrega pessoal ao destinatário.

Assim sendo, ao escrivão cumpre remeter a correspondência com o especial registro 'para entrega em mão própria'; a taxa postal é

mais elevada (Cr\$ 25,00), porém o carteiro poderá, então, exigir a presença do destinatário, recusando-se legitimamente a entregar a missiva citatória a qualquer outra pessoa.

Cuidando deste detalhe, o advogado do autor utilizará com real proveito a nova modalidade de citação, pois nossos correios atingiram atualmente elevado e louvável padrão de eficiência e rapidez.

5. A citação postal torna-se incabível quando, além do chamamento ao juízo, o magistrado de logo determinar providências outras, vinculadas à citação e cujo cumprimento incumba a servidor da justiça (v. g., citação para pagamento, com subsequente arresto ou penhora — C.P.C., arts. 652/653).

